

Jornal da Adunicamp



Univesp:

Ensino a Distância é resposta para a falta de vagas? (p.4)

Proposta ou (im)posta?

Como anda a reformulação da carreira nas universidades públicas paulistas? (pp. 6 e 7)

Entrevista

Plínio de Arruda Sampaio Jr. fala sobre a crise do Capital (p. 8)



Nova Central

Nova ferramenta unitária por uma central sindical e popular (p. 3)

Editorial

Carreira, Ensino a Distância, Crise

Ainda que possa parecer repetitivo os temas acima permanecem no nosso cotidiano. Justo quando atravessamos a maior crise do capitalismo as propostas de retiradas de direitos, alterações das relações de trabalho, mistificação do direito social à educação se somam, se potencializam.

A ADunicamp esteve, está e estará atenta à essas questões por considerar que a Universidade deve ser um espaço estratégico fundamental para a vida social, por entender que ciência, arte e cultura não frutificam em espaços onde a liberdade não floresce. Não nos basta uma liberdade formal se, por exemplo, os programas de pesquisa, ensino, formação de cidadãos estão marcados e limitados por um produtivismo que mais do que burocrático é um esterilizador da capacidade produtiva da sociedade.

A História tem suas ironias. Lembremos que um dos maiores propagandistas do produtivismo o Professor Goldemberg que ocupou postos relevantes no MEC foi considerado improdutivo... por seus próprios critérios. Por outro lado Piero Srafa um dos renovadores do pensamento econômico cuja obra Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias foi uma imensa revolução teórica. Pelos critérios produtivistas ele não seria considerado dos mais cotados. Sobre esse conjunto de questões ver Movimento em Debate nº 3.

Neste número estamos centran-do nossas análises em dois artigos: “EaD na graduação é resposta à falta de vagas?” e “Nova Carreira: proposta ou (im)posta?” Em ambos existe algo de comum: a falta de debate no interior da categoria docente. Está em questão a democracia. Obviamente reitorias e governos podem apresentar suas propostas, mas devem discuti-las com a sociedade, em especial com as categorias universitárias. A imposição mesmo quando aparentemente surgem como propostas se o debate não é feito. Discutir carreira retirando direitos e buscando a resolução burocrática de problemas não leva à uma situação de tranquilidade acadêmica. A carreira imposta na USP, sub judice, é prova de que algo vai mal. Este número trata ainda de dois outros problemas: da crise e da organização sindical. A primeira é trabalhada numa curta mas extremamente estimulante entrevista do Prof Plínio de Arruda Sampaio Jr. (IE) – “A crise: significado e alternativas” - que localiza os graves problemas que os sábios planaltinos chamaram de “marolinha”. Estaremos disponibilizando ainda nesta semana, na nossa página, um breve vídeo com nosso companheiro. A segunda – “Construindo uma nova central” - é o relato de um encontro realizado no nosso auditório pelos movimentos sindicais (Conlutas e Intersindical), estudantis e populares.

Boa leitura.

Adunicamp – Associação dos Docentes da Unicamp

Rua Érico Veríssimo, 1.479, CEP 13083-851,
Cidade Universitária, Campinas - SP
(19) 3521-2470

Internet: <http://www.adunicamp.org.br>
diretoria@adunicamp.org.br
imprensa@adunicamp.org.br

Coordenação: Adolpho Hengeltraub

Diagramação e Projeto Gráfico: Moema Joffily Dias e Fernando Piva;

Entrevistas e Textos: Moema Joffily Dias e Fernando Piva

Fotos: Arquivo Adunicamp; Tiragem: 3000

Periodicidade: mensal; Gráfica: SRGráfica fone: (11) 4223-5911

Unicamp em Números

Número de docentes em exercício por nível de carreira:

MS3 - 762 ~~224~~ (?) |
MS5 - 572 ~~264~~ (?) |
MS6 - 358 ~~204~~ (?) |

Fonte: site do DGRH (atualizado em Agosto de 2009)

Participe

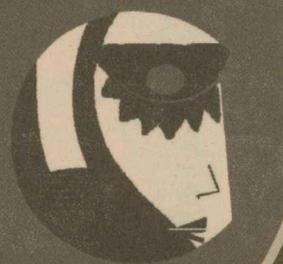
A seção “Opinião do Leitor” é um espaço aberto para receber os textos de nossos leitores a respeito de assuntos relevantes tanto para a universidade quanto para o país. Os artigos serão assinadas e de inteira responsabilidade do autor, pois os textos serão publicados na íntegra no jornal. Para que isso seja possível eles não devem passar de 3.500 caracteres.

Você pode enviar o seu texto para a seção “Opinião do Leitor” pelo e-mail:

imprensa@adunicamp.org.br ou por carta para a nossa sede.

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA:

Os Desafios Contemporâneos para a Educação Brasileira e os Processos de Regulação



Construindo uma nova Central

Reorganização do movimento sindical busca a criação de nova entidade de luta que represente os trabalhadores

No último dia 26 de setembro, a Adunicamp foi sede do Seminário de Reorganização dos Movimentos Sindicais e Sociais Regional Campinas, convocado pela Intersindical (Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora), Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e CACH (Centro Acadêmico de Ciências Humanas da Unicamp). A realização desse seminário faz parte das resoluções do Seminário Nacional de Reorganização que aconteceu entre os dias 19 e 21 de abril de 2009, em São Paulo.

Mais de cem militantes, de vinte e oito entidades, estiveram presentes no Seminário, e reafirmaram a urgência da construção de uma nova ferramenta unitária, autônoma, como instrumento de luta e unidade da classe. De acordo com as entidades participantes, a CUT (Central Única dos Trabalhadores não representa os trabalhadores) nas lutas, pelo contrário, se atrelou ao governo, deixou sua autonomia de lado e transformou-se em porta-voz governista.

Além do debate sobre representatividade, a mesa debateu questões de conjuntura nacional e internacional, como a crise econômica mundial. Essa, por sinal, pode ser considerada como principal questão que levou as entidades a se organizar para construir uma nova ferramenta de luta em defesa dos trabalhadores.

Para as entidades, o que se viu durante o auge da crise, foram governos, inclusive o brasileiro, despejando bilhões de dinheiro público nos bancos, indústrias, para tapar o rombo econômico, enquanto o desemprego só aumentava. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) 15 milhões de empregos desapareceram entre o fim de 2007 e julho de 2009. A média de desemprego entre os países que fazem parte da OCDE chegou a

8,5% em julho, patamar mais alto desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e pode até se aproximar de 10%, de acordo com o último relatório, com 57 milhões de pessoas sem trabalho.

No Brasil a situação não é muito diferente. A última pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que a taxa de desemprego no Brasil está em 8,1%, muito próximo da média dos países da ODCE. Embora o governo insista em afirmar que a crise passou, quem está pagando essa conta são os trabalhadores que sofrem com o desemprego, corte de salários, direitos, privatizações, etc.

O debate prosseguiu com a plenária expondo os diferentes pontos de vista quanto à formação da nova entidade que representará os trabalhadores. O maior embate entre as entidades está na participação dos estudantes e dos movimentos sociais. Em entrevista cedida à Adunicamp, os representantes das entidades opinaram sobre este ponto. De acordo com Luiz Carlos Prates, o Mancha, a Conlutas defende a participação de todos: *"visando construir uma entidade autônoma, independente dos patrões e governos, para isso deve organizar no interior (da entidade) o movimento sindical, popular e estudantil"*. Já o representante da Intersindical, Antonio Carlos da Cruz, o Tonhão, mostra posição contrária quanto à participação de todos na nova entidade: *"nós achamos que o movimento sem seus mecanismos de organização própria dificulta a organização do movimento específico. Os movimentos sociais estudantil devem sim fortalecer suas organizações e ai sim somar à organização dos trabalhadores"*.

Veja no box ao lado a proposta que tem sido debatida nos seminários regionais e será definida no Seminário Nacional de Reorganização que está marcado entre os dias 01 e 02/11, e será realizado na cidade de São Paulo, com local ainda em aberto.

Proposta para a nova entidade

Pontos de acordo:

- 1- Superação do capitalismo e construção do socialismo;
- 2- Centralidade da classe trabalhadora;
- 3- Organização enraizada e organizada pela base - OLT;
- 4- Defesa da ação direta como instrumento privilegiado sem prejuízo de outras formas de atuação (luta parlamentar, jurídica, etc.)
- 5- Defesa da unidade das lutas da classe trabalhadora;
- 6- Independência organizativa, política e financeira frente ao Estado, à burguesia, aos governos e demais instituições políticas e religiosas;
- 7- Independência financeira da Central frente aos governos e patrões;
- 8- Organização vertical e horizontal;
- 9- Internacionalismo;
- 10- Defesa da liberdade e autonomia sindical;
- 11- Fim do imposto sindical;
- 12- Fim do poder normativo da Justiça do Trabalho;
- 13- Relações de solidariedade de classe e ética nas relações internas;
- 14- Combate ao corporativismo e economicismo;
- 15- Autonomia das entidades de base frente a Central;
- 16- Construção da unidade na ação da Central em base ao debate democrático e o convencimento político;
- 17- Garantia da expressão pública das posições minoritárias, desde que assim apresentadas;
- 18 - Uma central que organize os trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, formais e informais, dos setores público e privado, empregados ou não.

Pontos de divergência:

Natureza e caráter:

- 1- Central sindical;
 - 2- Central sindical e popular;
 - 3- Central do mundo do trabalho;
 - 4- Participação do movimento estudantil;
 - 5- Opressão, como ela se expressa e como se relacionam as lutas contra a opressão e contra a exploração;
- Pontos para acumular:
- 1- Proporcionalidade qualificada nas entidades de base;
 - 2- Fórum Nacional de Mobilizações (caráter, amplitude, programa etc.);
 - 3- Democracia na central sindical e sindicatos;
 - 4- Forma de participação do movimento popular;
 - 5- Relação internacional;
 - 6- Democracia operária;
 - 7- Relação da luta política e a luta econômica;
 - 8- Combate à burocratização nos sindicatos - prática sindical;
 - 9- Formas de composição da direção da Central; proporcionalidade qualificada;
 - 10- Composição das chapas para disputa nos sindicatos, dentro e fora do campo da Central;
 - 11- Fim da unicidade e defesa da unidade sindical;
 - 12- Relação com os partidos políticos: independência ou autonomia.

EaD na graduação é resposta a falta de vagas?

Universidade Virtual começa em 2010 em meio a dúvidas sobre o trabalho docente e a qualidade de ensino nas universidades públicas paulistas

Um dos principais pontos da Pauta Unificada de Reivindicações que o Fórum das Seis entregou ao Cruesp durante a Campanha Salarial de 2009 diz respeito à política educacional do governo do Estado de São Paulo sobre ensino a distância.

A Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo), principal projeto neste campo, foi apresentado pela equipe do Secretário de Ensino Superior, Carlos Vogt, no início do segundo semestre de 2007. Pouco mais de um ano depois, em 9 de outubro de 2008, o governador José Serra baixou o Decreto nº 53.536 através do qual instituiu o Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP, com o objetivo de expandir o ensino superior público do Estado de São Paulo.

Neste meio tempo representantes do governo do Estado reuniram-se várias vezes com os reitores das universidades públicas paulistas, para discutir como ocorreria, quem se interessava e quando deveria começar. Mas, pouco ou quase nada foi discutido nas comunidades acadêmicas de cada uma delas.

Além das três universidades públicas paulistas, farão parte do projeto o Centro Paula Souza - responsável pelas Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) – e outras instituições como Fapesp, Fundação Padre Anchieta, Imprensa Oficial e Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

Na Unesp, as atividades da Univesp devem iniciar no primeiro semestre de 2010 com o curso de Pedagogia, para o qual foram abertas 1.350 vagas para professores em atividade da rede estadual, pública e privada. Mas a expectativa é que este número cresça para mais 5 mil nos próximos dois anos.

O curso será semipresencial e terá carga horária de 3.390 horas, distribuídas ao longo de três anos, das quais 40% das aulas devem ocorrer

de maneira presencial nos 30 pólos distribuídos por todo o Estado.

A decisão partiu do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Unesp, em reunião realizada no dia 21 de outubro de 2008, contrariando as manifestações de “Conselhos de Curso de Pedagogia, de três Congregações (Marília, Rio Claro, Araraquara) e do Departamento de Educação de Bauru. Ou seja, manifestações de quatro campi dos seis onde há Pedagogia”, conforme informa o Jornal da Adunicamp de fevereiro de 2009.

Na Usp a questão não está evoluindo por desentendimentos entre a Reitoria e a Secretaria de Ensino Superior a cerca dos detalhes do repasse de verbas que constam do contrato, segundo afirmou a reitora Suely Vilela. Assim, presume-se que não deve demorar para que sejam implementados cursos a distância por lá. Mas é preciso lembrar que o projeto apresentado na Usp só foi aceito pelo Instituto de Biologia (IB) e recebeu críticas de boa parte da comunidade.

Na Usp foi criada a Comissão de Acompanhamento da Univesp, pela Congregação da Faculdade de Educação, que levantou uma série de problemas na proposta do governo do Estado.

Na Unicamp a situação é diferente, a implementação de cursos a distância na universidade ainda não foi aprovada e nem há uma data para isso. A reitoria criou, em março de 2008, o Grupo Gestor de Ensino a Distância (GGEAD) para discutir a questão de uma forma mais ampla e não apenas em relação à Univesp.

Segundo a Resolução GR nº16, de 31 de março de 2008, que criou o Grupo, os objetivos do mesmo são: “I - propiciar, apoiar, articular e promover ações institucionais relacionadas ao desenvolvimento da Educação a Distância, nos níveis de graduação,

pós-graduação e extensão da Unicamp;

II – atuar, como interlocutor da Unicamp, junto a outras instituições, identificando oportunidades de parcerias que incentivem a implantação de cursos a distância e contribuam para a definição de políticas públicas para o setor”.

Aqui há disciplinas e laboratórios que funcionam a distância, mas um curso de graduação ainda é uma questão em estudo. Uma das principais preocupações do grupo refere-se à qualidade do ensino.

O Fórum das Seis e a EaD

O Fórum das Seis não é contrário ao uso de novas tecnologias aplicadas à educação. Muito pelo contrário. Reconhece os benefícios que elas podem trazer ao ensino, não apenas nas universidades.

Em circunstâncias bem definidas, estes novos meios e linguagens podem e devem ser utilizados para o aprimoramento dos alunos e das pesquisas. Mas isso é muito diferente de um curso inteiro de graduação, de pós, ou mesmo, de extensão sendo ministrado desta maneira.

Uma grande preocupação é com a qualidade do curso, que não pode ser garantida, levando-se em conta o padrão dos cursos presenciais das três universidades públicas paulistas. E esse não é o único ponto levantado nas discussões do Fórum.

O sobretrabalho e a precarização do trabalho dos docentes que serão responsáveis pelos cursos, o uso de monitores que não farão parte da elaboração dos mesmos, nem mesmo serão contratados como docentes, para atender aos alunos são pontos de grande relevância nesta discussão.

Além disso, para uma boa parte de estudiosos da educação, a troca de vivências proporcionada pela interação com colegas e professores e a falta

de infra-estrutura, como bibliotecas e laboratórios, nas cidades do estado de São Paulo também é preocupante.

Alguns destes apontamentos não são exclusivos do Fórum das Seis. Em seminários ocorridos em 2008, na USP, muitos deles foram também apresentados por Maria Clara Di Pierro, membro da Comissão criada pela congregação da Faculdade de Educação para Acompanhamento da Univesp.

Em reunião da Câmara de Administração (CAD) da Unicamp, realizada em 04 de novembro de 2008, a preocupação com a qualidade do ensino na Univesp e com a possível criação de cursos de primeira e segunda categoria na Unicamp foi colocada por um dos membros do conselho, que solicitou ainda que a questão fosse mais discutida pela comunidade acadêmica.

Respondendo ao questionamento o então reitor José Tadeu Jorge apontou o fato de a questão estar entregue aos cuidados do GGEAD, para que o mesmo faça os devidos estudos e discussões. Apontou ainda o fato de a Unicamp já ter cursos e disciplinas a distância, com bastante êxito e qualidade.

Com a proposta da Univesp o GGEAD passou a discutir também a possibilidade de implementação de um curso de graduação a distância, mas sem fatos conclusivos. Segundo Tadeu, isso só ocorrerá “a partir do momento em que toda a tramitação interna for procedida e aprovada. Qualquer curso, de graduação, pós-graduação ou de extensão, que a Universidade aprove, seja presencial, seja a distância, tem que cumprir todo o ritual de aprovação. O curso de graduação tem que ser aprovado na unidade, congregação e nas instâncias internas, submetido à CCG e depois à CEPE e ao CONSU” (Ata reunião CAD nº229 de 04/11/2008).

Tadeu ressaltou, ainda, que o “fato

de existir a UNIVESP não os obriga a dar curso nenhum. A UNICAMP dá o curso que entende adequado e que aprova nas suas instâncias. No momento em que isso acontecer num curso a distância, a Universidade poderá utilizar o programa UNIVESP que tem como objetivo apoiar essas iniciativas.” (retirado do mesmo documento).

Considerações finais

É preciso ampliar o número de vagas nas universidades públicas? Sim. Garantir o acesso de um maior número de pessoas ao ensino superior de qualidade e, sem dúvida, necessário, mas isso não pode ser feito de maneira imprudente.

São necessários investimentos. Atualmente o Brasil investe menos de 4% do PIB na educação, enquanto diversos países com déficit educacional chegam a investir 10%. É necessário um aumento de verbas para que as universidades possam ampliar as vagas e melhorar a infraestrutura necessária para receber mais alunos.

É necessário, sobretudo, um amplo planejamento da educação como um todo, que compreenda desde a pré-escola até a universidade. Encarar a educação com seriedade e zelar por sua qualidade é uma responsabilidade de toda a sociedade e o Fórum das Seis não pode e não vai se ausentar deste debate.

Seminários Univesp

Preocupadas com a implementação da Univesp, já em 2010, as entidades do Fórum das Seis estão organizando em conjunto com o Cruesp uma série de seminários. A idéia é discutir os pontos de conflito para melhor esclarecer a comunidade acadêmica das três universidades públicas paulistas.

Para isso foi criada uma comissão com representantes de ambas as entidades que se encarregarão de elaborar os temas e levantar nomes e datas para participar das mesas.

Confira a programação que deve ter início no dia 21 de outubro terá mesas na Unicamp, USP e UNESP no quadro ao lado.

I FÓRUM DE DEBATES SOBRE EaD

ORGANIZAÇÃO



CRUESP

FORUM das seis

EaD: por que e para quem? Limites e possibilidades.

Data: 21/10/2009

Horário: 14h – 18h

Local: Anfiteatro da Central de Salas de Aula do Campus da UNESP de Bauru - SP

Debatedores(as): César Augusto Minto
Cleide Mara Ribeiro Souza
José Armando Valente
Maria A. Segatto Muranaka

Faltam professores para a Educação Básica? EaD é a solução?

Data: 11/11/2009

Horário: 14h – 18h

Local: Auditório do Centro de Computação CCUEC da Unicamp – Campinas - SP

Debatedores(as): Bernardete Gatti
Ivany Rodrigues Pino
Maria Elizabeth B. de Almeida
Otaviano Augusto Helene

É possível formar bons profissionais para o país via EaD?

Data: 2/12/2009

Horário: 14h – 18h

Local: Anfiteatro da FAU – Campus da USP – São Paulo - SP

Debatedores(as): Edmundo Fernandes Dias
Klaus Schlünzen Junior
Manoel Oriosvaldo de Moura
Sueli Guadalupe de L. Mendonça

O evento será transmitido via Internet.

Outras informações:

<http://www.usp.br/prg>

<http://www.unicamp.br>

<http://www.unesp.br/nea>

Saiba + sobre

<http://www.adunicamp.org.br/Imprensa/ForumDasSeis/Documentos/Default.aspx>

Nova Carreira: proposta ou (im)posta?

Os processos de reformulação das carreiras na Unicamp, Usp e Unesp mostram a quebra da isonomia entre as três e a decorrente necessidade de se fazer uma discussão conjunta e profunda da questão

A carreira docente nas universidades públicas paulistas vai mudar. Isto parece claro para todos, e poucos são aqueles que têm dúvidas sobre a necessidade desta mudança, uma vez que a carreira em vigência foi implementada há anos, quando as características e as exigências ao trabalho docente eram outras.

Certamente a cobrança por produtividade cada vez maior, que teve início no final dos anos 80 faz do trabalho acadêmico algo muito diferente daquele que se realizava quando da implementação da carreira MS. De lá para cá alguns ajustes já foram feitos e um exemplo prático disso foi a eliminação de três dos seis níveis (MS1, MS2 e MS4).

O que se está questionando sobre a atual reformulação da carreira não é sua importância, mas sim, como ela será feita e como afetará a comunidade acadêmica.

Quando Suely Vilela, reitora da Usp, apresentou seu projeto de reformulação da carreira e, sem maiores discussões, conseguiu aprová-lo no Conselho Universitário (04/03/2009), uma coisa ficou clara: a possibilidade de se discutir uma carreira docente isonômica para as três universidades paulistas parece ter desaparecido.

Uma das reivindicações presentes na Pauta Unificada do Fórum das Seis para a campanha salarial deste ano (entregue ao Cruesp em 16/04/2009), foi a de que esta discussão fosse feita no âmbito da Comissão de Isonomia, da qual fazem parte representantes do Cruesp e Fórum, para garantir que a igualdade fosse mantida, de fato, nas universidades públicas paulistas.

Da maneira como está sendo feita, esta igualdade, que já vem sendo ferida com formas distintas de contratação, sofreria mais um golpe com a entrada de diferentes níveis entre os três básicos (MS3, MS5 e MS6) em cada uma delas.

Na Unicamp seriam apenas dois (MS3-II e MS5-II), na Usp seriam três (MS3 – II, MS5 – II e MS5 - III) e na Unesp quatro (MS3 – II, MS3 – III, MS5 – II e MS5 - III), além da manutenção do MS2. Com divisões tão diferentes é de se estranhar que os reitores queiram nos fazer acreditar que a isonomia poderia ser mantida somente porque o MS3, MS5 e o MS6 permanecerão inalterados.

Retomadas das negociações, após os episódios ocorridos na Usp, o Fórum das Seis vem tentando agendar reuniões com o Cruesp para discutir as questões referentes à carreira (veja os ofícios no site da Adunicamp), sem obter respostas de agendamento.

As mudanças na Unicamp

É preciso esclarecer que a motivação da Unicamp para se fazer a alteração da carreira não partiu de uma necessidade imediata, mas sim, do fato de tanto a Usp, quanto a Unesp já estarem adiantadas neste processo.

A Adunicamp organizou um grupo de trabalho (GT Carreira) para estudar e discutir a questão tão logo que a proposta preliminar, desenvolvida pela comissão instaurada pela reitoria (portaria GR-18 de 26/03/2009), foi apresentada. Formado por diretores da entidade e filiados, este GT apresentou uma série de questionamentos à proposta, entre eles a falta de isonomia entre as propostas da Unicamp, Usp e da Unesp, e o fato de a decisão das bancas examinadoras ter que ser aprovada pela Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (Cadi) – um órgão não deliberativo da universidade. Estes mesmos apontamentos estão presentes ainda no documento elaborado pelos representantes docentes no Conselho Universitário e que foram publicados na edição de agosto deste Jornal.

A despeito do tumulto causado pela aprovação da nova carreira da USP (veja quadro na página ao lado), na

Unicamp o processo está ocorrendo, aparentemente, de forma bem mais tranqüila. Representantes da Comissão da reitoria apresentaram sua proposta às Congregações das unidades e participaram de um debate na Adunicamp (20/08), no qual se comprometeram a apresentar, em breve, novo documento.

Mesmo assim, o que se esperava em uma situação como esta era que a universidade promovesse um debate amplo e chamasse os docentes a participar do processo mais ativamente. Apresentar uma proposta nas Congregações é muito diferente de apontar o problema, ouvir os docentes, fazer debates e, só então, levar uma proposta à apreciação da comunidade acadêmica.

A carreira MS está longe de contemplar as especificidades da realidade atual da universidade. Para garantir o trabalho em todas as unidades, ao longo do tempo, foi necessário criar outras carreiras, como a do Magistério Artístico (MA), do Instituto de Artes (IA) ou a do Docente em Ensino de Língua (DEL), do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL).

Com a reformulação o mínimo que se poderia esperar é que ela fosse capaz de compreender todas as categorias de docentes e unificar as diferentes carreiras existentes em um sistema único. Assim, como explicar a ausência dos MAs e dos DELs na proposta da reitoria? Por que a reformulação da carreira docente na Unicamp só leva em conta a carreira MS? Para a universidade os MAs ou os DELs não são docentes?

Reunião com os aposentados

Aqueles que estão prestes a se aposentar e possuem perfil apropriado poderão pleitear a mudança para os novos níveis, ou, ao fazer isso terão que trabalhar por mais algum período para que a nova posição seja aceita? Os aposentados que, enquanto estavam na ativa tinham perfil definido para os

novos níveis poderão pleitear a mudança? Como fica a situação daqueles que continuaram a publicar ou a dar aulas como professores colaboradores? Qual o papel da Secretaria de Ensino Superior nesta reforma da carreira?

Este foi tom dos questionamentos apresentados durante a reunião promovida pela Adunicamp com os aposentados, ocorrida no dia 03 de setembro. Se durante o debate com os pró-reitores os docentes da ativa quase não apresentaram dúvidas quanto à proposta da reitoria, o que se viu na reunião com os aposentados foi uma avalanche de dúvidas.

O descontentamento daqueles que fizeram a história da universidade ficou evidente. Muitos dos que compareceram à reunião estão na Unicamp há mais de trinta anos, ajudaram a construí-la e agora se sentem excluídos por ela.

Esta situação já havia ficado evidente quando, no dia 20 de agosto, os pró-reitores Edgar de Decca e Paulo Eduardo Silva participaram do debate organizado pela Adunicamp. Naquela ocasião alguns aposentados estavam presentes e questionaram sobre a possibilidade de os aposentados serem enquadrados nos novos níveis.

Durante a reunião ficou acordado que os questionamentos e as sugestões levantadas serão encaminhados à reitoria. Além disso, foi elaborada e aprovada, pelos presentes, uma moção de repúdio pela maneira como a questão está sendo encaminhada pela reitoria. A resposta obtida foi a de que estes docentes não poderiam ser promovidos, uma vez que suas carreiras foram finalizadas com a aposentadoria.

Não se trata de querer uma promoção. O que os aposentados questionam é a forma como eles serão enquadrados na nova carreira, uma vez que os níveis intermediários não existiam quando de seus desligamentos. E há um precedente para isso. Quando o nível MS4 foi

extinto houve um re-enquadramento imediato, passando todos os seus representantes, automaticamente, para MS5, inclusive os aposentados. Assim, não há nada de absurdo em pensar que o enquadramento destes poderia ocorrer também nesta nova carreira.

Entre o legal e o legítimo, a pergunta que fica é: aqueles que já estão aposentados, mas que se enquadrem nos novos níveis poderão pleitear a mudança?

É preciso lembrar que a mudança não é uma progressão automática daqueles que se enquadram nos novos perfis. O volume de docentes que já têm os requisitos para a mudança é grande, segundo os levantamentos da própria reitoria, e a mudança não vai ocorrer de uma só vez, levará algum tempo para que a situação se normalize. Alguns docentes podem e devem se sentir prejudicados com a demora do processo.

Por fim, mas não menos importante

Por enquanto a proposta da reitoria está em fase de análise e ajustes e não deve ser votada precipitadamente, como foi o caso da Usp. Mas as dúvidas acerca das mudanças que a reforma trará cresceram a cada dia entre docentes em exercício e aposentados.

Como está a questão nas outras universidades

Usp

A proposta de reformulação na carreira docente foi apresentada às pressas pela reitora Suely Vilela e aprovada de maneira duvidosa pelo Conselho Universitário em reunião extraordinária realizada no dia 4 de março de 2009.

Logo após a aprovação da proposta pelo Conselho Adusp (Associação de Docentes da USP - Seção Sindical do ANDES - SN) iniciou uma série de questionamentos à reitoria, incluindo a falta de aprovação dos perfis dos novos níveis. Deixando de aprovar os perfis o Conselho permitiria que os mesmos fossem elaborados e aprovados por instâncias inferiores da universidade, não necessariamente deliberativas e para os quais as representantes não foram eleitos.

Outra questão apontada pela Adusp foi uma irregularidade na votação. O Conselho Universitário aprovou a nova carreira com a quantidade mínima de votos, mas a situação de um dos membros do Conselho estava irregular no momento da votação.

Isso porque ele foi eleito como representante dos docentes MS2, mas meses antes havia se titulado doutor. Assim, conforme o parecer da própria Comissão de Justiça da Usp (para ler o parecer e outros documentos do caso acesse: <http://www.adunicamp.org.br>), ele não estava em posição de votar como representante dos mestres.

Com um voto a menos o Conselho não teria conseguido a aprovação. Esgotadas todas as medidas cabíveis dentro da universidade a Adusp procurou a justiça e conseguiu um mandado de segurança para que a mudança fique suspensa até que a justiça decida quanto a validade ou não da votação.

Pela proposta da Usp seriam seis os níveis de carreira MS3, MS3-II, MS5, MS5-II, MS5-III e MS6

Cargos	Níveis
MS3	
	MS3 - II
MS5	
	MS5 - II
	MS5 - III
	MS6

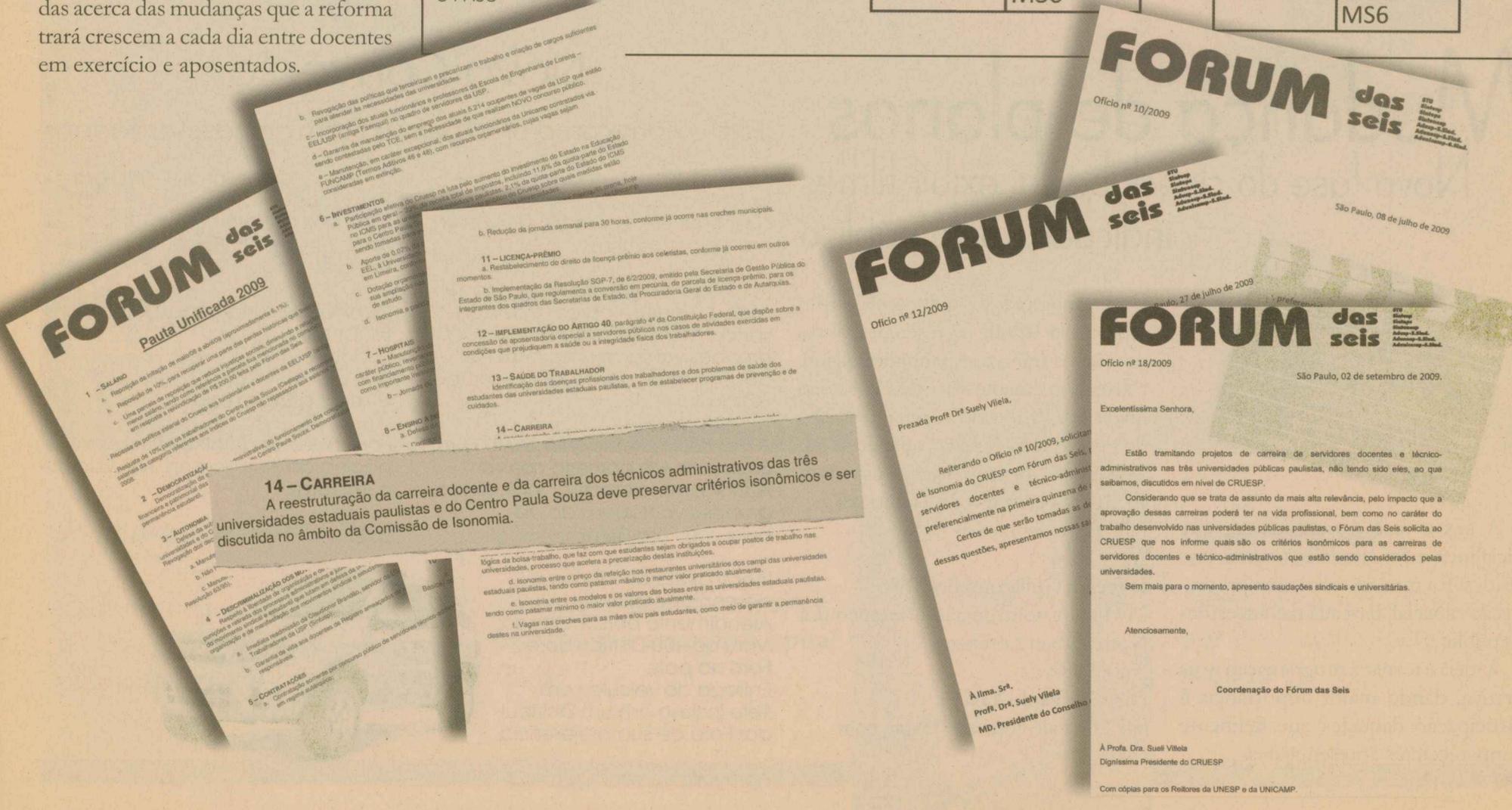
Unesp

Na Unesp o processo de reformulação começou em 2008 com a proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) de se estudar uma carreira mais apropriada para a universidade.

Após várias reuniões do CEPE uma proposta de reformulação foi apresentada à comunidade acadêmica. Mas ainda não foi submetida à apreciação do Conselho Universitário.

Distinta da proposta da Usp, a da Unesp prevê oito níveis: MS2, MS3, MS3-II, MS3-III, MS5, MS5-II, MS5-III e MS6.

Cargos	Níveis
MS2	
MS3	
	MS3 - II
	MS - III
MS5	
	MS5 - II
	MS5 - III
	MS6



O Brasil tornou-se um dos maiores paladinos da ordem liberal e dos maiores defensores dos organismos financeiros internacionais

A crise mundial que começou no final de 2008 teve repercussões globais e continua afetando trabalhadores em todo o mundo. Sobre esta questão o Jornal da Adunicamp conversou com o professor Plínio de Arruda Sampaio Jr (IE):

JA - Qual o significado desta crise para o capitalismo como um todo?

Plínio - Estamos vivendo uma crise econômica geral que atinge todas as economias do planeta. Ao deixar patente a presença de um excedente absoluto de capital sem condições objetivas de realimentar o circuito de valorização do capital, a crise impõe a necessidade de uma queima de capital. Interrompido o movimento expansivo de acumulação, a lógica do capital fica sob o império da lei do valor em tempos de crise. Enquanto o capital excedente não for eliminado, as condições para a expansão do capitalismo não podem ser resta-

belecidas. Nessas circunstâncias, o desenvolvimento capitalista aparece em sua plenitude como regressão econômica e catástrofe social. A relação entre capitalismo e barbárie é levada ao paroxismo.

JA - Qual o impacto da crise na América Latina?

Plínio - Elo fraco do sistema capitalista e zona de influência dos Estados Unidos, a América Latina será duramente pressionada a dar a sua contribuição no processo de socialização dos prejuízos do grande capital. Como a crise requer a eliminação de forças produtivas redundantes, deve-se esperar uma intensificação da tendência à desindustrialização e à especialização regressiva que tem caracterizado o ajuste estrutural das economias latino-americanas na ordem global. Enfim, na periferia do capitalismo a crise deve acelerar e aprofundar o processo de reversão neocolonial.

JA - Como o Governo Federal tratou essa questão?

Plínio - Sem tocar nos parâmetros que determinam a nossa posição subalterna na ordem global, o governo brasileiro tem procurado administrar a crise, atuando sobre seus efeitos e não sobre suas causas. Partindo do diagnóstico de que a crise econômica é um fenômeno de curta duração, o governo segue à risca as diretrizes dos organismos internacionais. No plano interno, o caráter recessivo da política econômica foi atenuado. Mesmo assim, o Brasil ainda tem uma das maiores taxas de juros do mundo e o superávit primário permanece elevado, em torno a 2% do PIB, o que é uma aberração num contexto de crise. No plano externo, o Brasil tornou-se um dos maiores paladinos da ordem liberal e dos maiores defensores dos organismos financeiros internacionais, como fica patente no absurdo empréstimo ao FMI.

JA - Quais as alternativas e perspectivas do Movimento Sindical/Social diante desta crise?

Plínio - Na crise, a reprodução das relações de produção que fundam a sociedade burguesa depende do sucateamento de forças produtivas, da aceleração do processo de concentração e centralização de capitais e do aumento da taxa de exploração. Por essa razão, a crise provoca uma devastação no mundo do trabalho. O movimento sindical deve se preparar para enfrentar a barbárie capitalista, resistindo à ofensiva do capital contra o emprego e os direitos dos trabalhadores e aproveitando a brecha histórica que deve ser aberta pela crise para mostrar a necessidade de um modo de produção e de vida que vá além do capital. Em outras palavras, a crise deve ser aproveitada para colocar na agenda dos trabalhadores a atualidade e a urgência do socialismo.

Mudança de planos

Nova fase do cineclubes vai exibir filmes indicados pelo público



A sexta fase do cineclubes, que inicialmente foi anunciada como fase Beatles, foi mudada para uma programação especial, baseada nas sugestões do público.

A idéia é tornar a programação mais atrativa, dando maior importância à participação daqueles que fielmente comparecem às apresentações.

A programação, que começou no último dia 07/10, apresentará obras do cinema francês, espanhol e italiano. Excepcionalmente não haverá sessão no dia 28/10, devido ao feriado do Dia do Funcionário Público, quando as atividades da Unicamp ficarão suspensas.

14/10 - O labirinto do Fauno (El Laberinto del fauno)

Ano: 2006

Direção: Guillermo del Toro

21/10 - A noite de São Lourenço (La Notte di San Lorenzo)

Ano: 1982

Direção: Paolo Taviani

04/11 - Fale com ela (Hable con ella)

Novo Convênio

Ford e Adunicamp, uma parceria com grandes vantagens

A Adunicamp, buscando novos benefícios para seus filiados, acaba de fechar uma parceria para compra de carros 0Km.

Para esse tipo de convênio, nada melhor que um parceiro de confiança, como a Ford, para oferecer grandes vantagens na hora de adquirir seu automóvel, pick-up ou utilitário.

A Central de Relacionamento Ford Empresas em parceria com a Adunicamp oferece a você, filiado, grandes vantagens ao adquirir seu Ford 0Km:

Preço direto de fábrica e descontos exclusivos
 Atendimento personalizado;
 Mais de 400 Distribuidores Ford no país;
 Entrega do veículo com frete incluso em um Distribuidor Ford de sua preferência.

Aproveite as vantagens da

Central de Relacionamento Ford Empresas.
 Entre em contato com a Central de Relacionamento Ford Empresas e faça seu pedido:

Central de Relacionamento Ford Empresas
 (11) 4174-3929
 (11) 4174-3920
 e-mail: gf@ford.com

Para maiores detalhes acesse a página da Adunicamp: www.adunicamp.org.br

